

Motta minimiza derrubada da PEC da Blindagem

Ele disse precisar de mais tempo para decidir se pauta Dosimetria

Por Karoline Cavalcante

Após o Senado Federal encerrar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2021, conhecida como PEC da Blindagem, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), vê-se novamente no centro de uma polêmica que desgasta sua imagem. Na última quinta-feira (25), Motta tentou minimizar a derrota política, afirmando que não há qualquer clima de conflito no Legislativo. A proposta, que tinha como objetivo dificultar a abertura de ações penais contra parlamentares, foi rejeitada por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e, em seguida, arquivada definitivamente pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP).

Em coletiva de imprensa, Motta afirmou que respeita a decisão dos senadores e que considera o resultado como parte natural do processo democrático. “Não tem sentimento de traição nenhum, até porque nós temos a condição de saber que não obrigatoriamente uma Casa tem que concordar 100% com aquilo que a outra aprova”, iniciou. “Bola pra frente, a Câmara cumpriu seu papel, aprovou a PEC, o Senado entendeu que não deveria seguir. Nós temos um sistema bicameral, e cabe a nós respeitar a posição”, completou.

Apesar da tentativa de apaziguar a situação, a repercussão negativa da proposta colocou o presidente da Câmara em uma posição ainda mais delicada. A PEC, que havia sido aprovada pela Casa Baixa na última terça-feira (16), estabelecia que a abertura de processos criminais contra deputados e senadores dependeria de uma autorização prévia do Congresso, com votação secreta. O texto, que já enfrentava resistência no Senado, foi também alvo de protestos de setores da socie-



Bruno Spada / Câmara dos Deputados

A repercussão do tema colocou o presidente da Câmara em mais uma situação delicada

dade civil, com manifestações organizadas no domingo (21) nas 27 capitais do Brasil.

Dosimetria

Outra proposta sensível em tramitação na Câmara é o Projeto de Lei (PL) da Dosimetria, anteriormente conhecido como PL da Anistia, que sugere a redução das penas de condenados pelos ataques de 8 de janeiro de 2023 — quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília. O relator, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), segue negociando o conteúdo final com as bancadas, e o projeto ainda aguarda decisão para ser pautado.

Ao ser questionado sobre o andamento do tema, que teve sua urgência aprovada por ampla maioria na última quarta-feira (17), Motta indicou que ainda é cedo para avaliar a disposição dos parlamentares em votar o texto.

A fala ocorre em um contexto de crescente tensão em torno da proposta, que inicialmente previa a anistia a “todos os que participaram de manifestações com motivação política e/ou eleitoral, ou as apoiaram, por quaisquer

meios, inclusive contribuições, doações, apoio logístico ou prestação de serviços e publicações em mídias sociais e plataformas”. Ou seja, a medida visava perdoar também os condenados pelo STF por articularem uma tentativa de golpe de Estado, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e os demais sete integrantes do chamado “Núcleo Crucial” da denúncia.

Ao ser escolhido relator, Paulinho da Força esclareceu que seu foco não é conceder anistia aos condenados, mas sim reduzir as penas. Segundo ele, o objetivo é promover a pacificação política no país, afastando a polarização entre “a extrema-direita e a extrema-esquerda”. Contudo, a proposta tende a desagradar tanto o governo — que se opõe totalmente à medida — quanto a oposição, que busca uma anistia ampla e irrestrita e não se contenta apenas com a alteração da dosimetria das penas.

Disputa política

Para o professor de direito e relações internacionais do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais do Distrito Federal (Ibmec-DF), Eduardo Galvão,

o fato de Motta adiar a discussão do PL da Dosimetria envia um recado claro: “não existe consenso, e isso pode custar caro ao governo”. Embora o presidente da Câmara tenha negado qualquer relação entre o PL da Anistia e o projeto que amplia a isenção do Imposto de Renda (IR) para pessoas que ganham até R\$ 5 mil mensais, a simples especulação sobre esse vínculo gera pressão política. O professor observa que o governo está ciente de que a indefinição sobre um projeto polêmico pode impactar outros projetos prioritários para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O cientista político André Rosa avalia que a atual articulação na Câmara é um reflexo da falta de habilidade política de seus líderes e uma “encenação” em um momento de fim de mandato.”Em resumo, observa-se uma notável falta de habilidade política na Câmara dos Deputados. O deputado Hugo Motta não tem conseguido promover um ambiente parlamentar produtivo, enquanto recebe lições do presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre”, concluiu Rosa à reportagem.

COP 30: aprovada transferência simbólica da capital para Belém

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira (25), a transferência simbólica da capital federal de Brasília para Belém durante a realização da COP30, de 11 a 21 de novembro. O projeto segue para análise do Senado.

A proposta da deputada Duda Salabert (PDT-MG) teve 304 votos favoráveis e 64 contrários. O texto estabelece que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário poderão se instalar na capital paraense “para a condução de suas atividades institucionais e governamentais”.

A medida prevê ainda que o governo federal vai regulamentar a lei, “estabelecendo as medidas administrativas, operacionais e logísticas necessárias” para a transferência da capital.

Durante a votação no plenário, Duda Salabert (PDT-MG) lembrou que, durante a ECO-92, a capital foi simbolicamente transferida para o Rio. Ela argumentou ainda que a mudança facilita a burocracia, já que ministros e o presidente Lula (PT) poderiam despachar de Belém.”Isso não vai ter nenhum gasto público, e é um gesto, um recado da política brasileira para colocar a floresta Amazônica, colocar a região Amazônica como centro dos debates globais no que se refere à questão



Augusto Miranda/Ag. Pará

Se aprovado, Belém será capital simbólica em novembro

climática”, disse a deputada.

O projeto teve apoio de deputados da esquerda e da direita o partido Novo foi o único a se declarar contrário. Na prática, porém, boa parte dos integrantes do PL também votaram contra.

O deputado Bibó Nunes (PL-RS), por exemplo, votou a favor, mas fez ressalvas, dizendo que o evento está mal organizado e mencionando a crise de preços no setor hoteleiro.

“Esta pauta é simbólica, é uma maneira de chamar a atenção para

esse evento que irá acontecer, um evento que não promete ser dos melhores, pois está bastante desorganizado”, disse.

“O ‘sim’ é para dar destaque a esse evento, que é mundial, mas ressalto que é um evento em relação ao qual há muitas denúncias de corrupção, de superfaturamento, de licitações frias. Os hotéis estão cobrando absurdos, numa ganância financeira jamais vista, o que vai dar uma imagem muito ruim”, completou.

Já o deputado Helder Salo-

mão (PT-ES) parabenizou Belém por receber a COP e ser capital do país temporariamente. “A transferência da sede do nosso país para a cidade de Belém é um símbolo da importância que teremos e que queremos dar a este evento”.

Belém já lida com ausências anunciadas e delegações enxutas, assim como pressão para que parte dos eventos seja realizada em cidades como São Paulo e Rio, com muita mais estrutura. O ministro Rui Costa, da Casa Civil, afirmou nesta semana que o governo federal vai entrar na Justiça contra hotéis da capital paraense devido aos preços abusivos.

São esperados para a cúpula representantes de 196 países, entre presidentes, primeiros-ministros, vice-presidentes, ministros e diplomatas. No total, devem comparecer cerca de 50 mil pessoas.

De acordo com a organização da COP30, uma operação especial de segurança se concentrará de 5 a 22 de novembro de 2025, aproximadamente. Nos dias 6 e 7, a capital paraense recebe a cúpula de chefes de Estado e de governo. Depois, de 10 a 21, ocorre a conferência climática das Nações Unidas.

Por Carolina Linhares (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Douglas Gomes/liderança do Republicanos



Marcos Pereira: muita coisa pra acontecer

Presidente do Republicanos ignora futuro de Tarcísio

Presidente do Republicanos, o deputado Marcos Pereira (SP) foi sucinto ao, numa troca de mensagens com a coluna, responder sobre a eventual decisão do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, de concorrer à Presidência: “Não estou sabendo”. Tarcísio é filiado ao Republicanos.

Pereira disse que ninguém sabe o que ocorrerá: “Muita coisa pra acon-

tecer ainda”. Ontem, o governador repetiu que é candidato à reeleição ao Palácio dos Bandeirantes — parece que, desta vez, falou sério.

Em junho, a candidatura ao Planalto era vista como certa, integrantes do PL falavam até em vitória no primeiro turno. Tarcísio fazia então diversos movimentos nas áreas política e empresarial para azeitar seu objetivo.

Derrapada

Sua situação começou a ficar mais delicada a partir do momento em que, em julho, responsabilizou Lula pelas medidas de retaliação contra o Brasil anunciadas por Donald Trump. As críticas recebidas fizeram com que Tarcísio tentasse adaptar suas falas.

Confusões

A necessidade de conquistar os bolsonaristas fez com que ele radicalizasse seu discurso pró-anistia, o que afetou sua tentativa de passar por moderado. No fim, brigou com os dois lados: chamou Alexandre de Moraes de tirano e bateu boca com Eduardo Bolsonaro.

Agência Senado



Advogado em busca da “química perfeita”

Wajngarten sugere que Trump visite Bolsonaro

Ex-advogado de Jair Bolsonaro e chefe da Secretaria de Comunicação Social durante seu mandato,

Fabio Wajngarten agitou o X ao sugerir que Donald Trump visite o ex-presidente brasileiro.

Isso, “para que ambos evidenciem uma ‘Química Perfeita’ atualizando a prosa”. Segundo ele, os advogados de Bolsonaro e a

corte (o Supremo Tribunal Federal) seriam consultados com antecedência. Bolsonaristas ficaram eufóricos com a possibilidade do encontro.

Na terça, ao falar na ONU, Trump destacou que houve uma “química” entre ele e o presidente Lula. Eles se abraçaram na sala que fica atrás da mesa diretora dos trabalhos.

Desmente

Wajngarten aproveitou para desmentir notícias relacionadas ao ex-presidente — ele não citou nenhuma especificamente, mas ontem o site da Folha de S.Paulo publicou que Bolsonaro desistiria da anistia em troca de redução de penas e de prisão domiciliar.

Fogo amigo

Pré-candidato à reeleição, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) reitera as críticas que fez, no Senado, à ação do governador do Rio, Cláudio Castro, na segurança pública — citou os arrastões, domingo, na saída da praia. Eles são do mesmo partido, e Castro também quer o Senado.

‘Os caras’

Escreveu que aliados tentam convencer o ex-presidente da “mais louca e precipitada” decisão. Segundo ele, “os caras” fazem sugestões e Bolsonaro “não fala nada, como sempre fica em silêncio e os mesmos inventam conforme interesses do seu próprio umbigo”.

Quem decide

Em 2026, o partido poderá ter dois candidatos às duas vagas de senador que estarão em disputa, mas uma delas está guardada para Flávio Bolsonaro. Segundo Portinho, a decisão sobre a segunda será de Jair Bolsonaro. “Tenho direito de criticar o governador”, ressalta.